



REGIMENTO INTERNO DO ECO PARQUE SAPUCAIA LTDA

CAPÍTULO I INTRODUÇÃO

Art. 1º. O presente Regimento Interno tem por finalidade estabelecer normas para acesso e uso das dependências do ECO PARQUE SAPUCAIA LTDA.

Art. 2º. O cumprimento das normas regimentais é obrigatório a todos os contribuintes e seus dependentes, bem como aos convidados e demais pessoas que tenham acesso às dependências do ECO PARQUE SAPUCAIA LTDA, sem privilégios ou distinções de qualquer natureza.

Art. 3º. Todos os contribuintes, dependentes e funcionários deverão ter pleno conhecimento do presente Regimento Interno do ECO PARQUE SAPUCAIA LTDA, devendo cumpri- los de forma integral sob pena de aplicação das penalidades.

CAPÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 4º. A Administração do ECO PARQUE SAPUCAIA LTDA, será exercida exclusivamente por sua diretoria executiva.

§ 1º. O horário de funcionamento deverá ser fixado pela diretoria executiva em locais visíveis, inclusive na portaria do ECO PARQUE SAPUCAIA LTDA, e em site deste.

§ 2º. Ficará a critério da diretoria executiva, estabelecer as datas em que o estabelecimento permanecerá fechado.

CAPÍTULO III - DOS CONTRIBUINTES

Art. 5º. Para cadastro como contribuinte do ECO PARQUE SAPUCAIA LTDA, o que dará acesso aos serviços do estabelecimento, pelo contribuinte e seus familiares, será cobrada uma taxa de adesão em valor a ser estipulado pela administração do ECO PARQUE SAPUCAIA LTDA.

§ 1º. – A taxa mencionada no Caput, terá valor reduzido, para contribuintes individuais.

§ 2º. – Os valores da mensalidade, para os contribuintes familiares será de 10% (dez por cento) do salário mínimo nacional vigente à época do pagamento da mensalidade e para os contribuintes individuais será de 6% (seis por cento) do salário mínimo nacional vigente à época do pagamento da mensalidade, podendo haver alteração pela diretoria administrativa.

§ 3º. – os dependentes do contribuinte familiar são, cônjuge, filhos menores de 18 (dezoito) e os filhos incapazes.

Art. 6º. O contribuinte não poderá facilitar o ingresso de convidado nas dependências do Parque sem efetuar a comprovação do recolhimento da

tarifa adicional fixada pela diretoria do ECO PARQUE SAPUCAIA LTDA, a ser recolhida antecipadamente mediante pagamento na entrada do estabelecimento.

Art. 7º. Para adentrar ao ECO PARQUE SAPUCAIA LTDA, os contribuintes e seus dependentes, devem estar em dia com suas obrigações e deverão se identificar através da apresentação da carteirinha de identificação emitida pela diretoria administrativa.

§ único – Todo mensalista, dependentes e acompanhantes, a partir de 05 (cinco) anos de idade, terão que se identificar de acordo com as exigências estabelecidas, para ingresso nas dependências do Parque.

Art. 8º. Será permitido o acesso do mensalista e de seus dependentes até dia 30 do mês subsequente ao último mês quitado.

§ único. O Mensalista inadimplente será notificado pelo ECO PARQUE SAPUCAIA LTDA a fim de que regularize seus débitos, sendo-lhe advertido que, após 04 (quatro) mensalidades de atraso, será promovida sua exclusão do quadro de contribuintes e, para nova inscrição, será cobrada nova taxa, observado em tudo, a disponibilidade de vagas.

CAPÍTULO IV DOS CONVIDADOS

Art. 9º. O ECO PARQUE SAPUCAIA LTDA, autorizará aos seus contribuintes, inclusive aos contribuintes individuais, levarem às dependências do Parque, até 04 (quatro) convidados, mediante o prévio recolhimento de tarifa adicional por pessoa, pagamento este que deverá ser realizado na portaria do Parque.

§ 1º. Para fins de comemoração de aniversários do contribuinte, ou de seus dependentes, o contribuinte fará jus à autorização para entrada de até 20 (vinte) convidados, tudo, mediante pagamento de tarifas adicionais por pessoa.

§ 2º. Caso o contribuinte deseje ultrapassar o número de convidados, deverá obter autorização prévia junto à direção do Parque.

Art. 10. O contribuinte que solicitar a entrada de funcionário para cuidar de seus filhos ou de idosos, poderá fazer mediante cadastramento prévio na sede do O ECO PARQUE SAPUCAIA LTDA.

Art. 11. O contribuinte apresentante se responsabilizará por todos os atos dos convidados e funcionários, inclusive por danos materiais causados ao patrimônio do ECO PARQUE SAPUCAIA LTDA.

CAPÍTULO V DAS PROIBIÇÕES E PENALIDADES

Art. 12. O contribuinte que desrespeitar as determinações constantes neste Regimento interno estará sujeito às penalidades nele constantes.

Art. 13. O cumprimento das normas do presente Regimento Interno é dever de todos os contribuintes, dependentes, convidados, funcionários e prestadores de serviço, e em havendo o seu descumprimento, quem o presenciar deverá registrar a ocorrência na Secretaria do Parque, ou junto à portaria do mesmo.

§ 1º. A ocorrência deverá ser registrada no livro apropriado, numerada, devendo constar o nome e o número do registro do contribuinte infrator. Se convidado, o seu nome, bem como o nome do contribuinte apresentante, como também o nome e a assinatura de quem está registrando a ocorrência, a infração cometida e, se possível, a assinatura do infrator ou das testemunhas.

§ 2º. As possíveis infrações não previstas neste Regimento Interno ficarão à cargo da análise do administrador que, determinará a abertura de processo administrativo na forma prevista no Regimento Interno.

Art. 14. Da punição aplicada pelo administrador do ECO PARQUE SAPUCAIA LTDA caberá recurso para a própria administração.

Art. 15. A aplicação da penalidade será sempre em caráter individual, exceto nas penas de eliminação do quadro do contribuinte titular, caso em que, necessariamente, alcançará a eliminação de seus dependentes.

§ único. A eliminação do dependente apenas alcançará o titular quando este tenha contribuído, culposa ou dolosamente, para o objeto da infração.

Art. 16. O contribuinte que estiver proibido de frequentar o Parque, por motivo de aplicação de penalidade, continuará obrigado ao pagamento normal das mensalidades durante o referido período.

Art. 17. São consideradas infrações puníveis com as penalidades de suspensão e cancelamento da assinatura:

I. Subtração de bens do Parque ou de qualquer contribuinte, nas dependências do Parque;

II. Porte de arma de fogo nas dependências do Parque, ainda que possua o infrator porte legal de armas;

III. Participação em brigas ou rixas nas dependências do Parque;

IV. Provocar danos materiais ao patrimônio do Parque;

V. Manter conduta contrária a moral e aos bons costumes nas dependências do Parque; Adentrar nas dependências do Parque portando alimentos ou bebidas em recipientes cortantes;

VI. Jogar latas, garrafas, papel, plásticos, sacolas ou qualquer outro dejetos em local inadequado sujando as dependências do Parque recreativo;

VII. Circular ou permanecer nas áreas de proximidade da piscina, campos ou quadras portando quaisquer objetos de vidro.

Art. 18. Os contribuintes poderão utilizar o estacionamento da área interna do Parque, limitando-se a 02 (dois) veículos por contribuinte, já incluídos seus dependentes e convidados.

Art. 19. É proibido o uso de som do veículo no interior do Parque.

CAPÍTULO VII - DO PARQUE, TRILHAS, PISCINAS E CAMPOS DE FUTEBOL

Art. 20. O playground somente poderá ser utilizado por crianças de até 12 (doze) anos.

§ Único – Os demais jogos, como sinuca, pebolim etc, poderão ser utilizados por todos, sem limite de idade.

Art. 21. O Parque se exime de quaisquer responsabilidades sobre eventuais acidentes ocorridos em brinquedos ou equipamentos, decorrentes do uso indevido dos mesmos, cabendo-lhe tão somente manter os equipamentos e locais conservados e aptos aos fins a que se destinam, devendo os contribuintes comunicarem à administração, quaisquer inadequações ao uso dos brinquedos.

§ Único – É de inteira responsabilidade dos pais o acompanhamento e supervisão de seus filhos quando estes estiverem utilizando os brinquedos.

Art. 22. Não será permitido o uso de copos e garrafas de vidro no recinto dos parques, piscina, salão de jogos e campo de futebol.

Art. 23. Não será permitido fumar nos seguintes recintos do parque, piscinas, salão de festas e Salão de jogos, sob pena de advertência verbal e, nos casos de reincidência, deverá ser instaurado processo administrativo para fins de aplicação de penalidade disciplinar.

Art. 24. É de responsabilidade dos pais ou responsáveis e/ou aqueles autorizados por eles, o acompanhamento das crianças nas dependências do Parque, inclusive na área da piscina e demais atividades recreativas.

Art. 25. Os usuários das piscinas deverão utilizar trajes de banhos normais, não sendo permitidos trajes transparentes ou outros inapropriados.

Art. 26. Os usuários das piscinas deverão, antes de sua utilização, passarem pela ducha ou chuveiro.

Art. 27. Não serão permitidas brincadeiras de risco nas piscinas, e em sendo verificado, o funcionário do Parque advertirá os usuários, podendo, em caso de reincidência solicitar que os mesmos deixem as dependências do Parque.

Art. 28. Na área de banho e piscina, não será permitido o uso de bronzeadores ou qualquer outro tipo de cosmético que contenha óleo, exceto bloqueadores solares.

Art. 29. Os equipamentos e brinquedos do clube deverão ser utilizados de forma a não causar riscos aos usuários e, tratando de equipamento individual, somente será permitido o uso de uma pessoa por vez.

Art. 30. O Parque se isenta de qualquer responsabilidade por acidentes que possam vir a ocorrer em passeios pelas trilhas, inclusive com animais silvestres, sendo de inteira responsabilidade dos contribuintes, dependentes e convidados, qualquer acidente que por ventura venha a ocorrer quando da utilização das trilhas para passeios.

Art. 31. Também é de inteira responsabilidade dos pais e responsáveis, o acompanhamento de menores de idade nas trilhas, sendo proibido o uso por menores sem o devido acompanhamento.

Art. 32. A prática de esportes coordenados pelo Parque terá horário e espaço definidos pela administração.

Art. 33. Não será permitida entrada, na piscina, de câmaras de ar, boias, bolas e similares, salvo bóias para crianças e para salvamento, bem como não será permitido deixar peças de vestuário ou outros objetos espalhados pela área da piscina.

Art. 34. O contribuinte ou dependente que quiser fazer uso do material fornecido pelo Parque, no salão de jogos, deverá assinar um formulário fornecido pela administração, sendo que, a não devolução ou extravio do material requisitado obrigará o contribuinte a repor o material do Parque.

Art. 35. Para utilização dos jogos e campo de futebol, o contribuinte ou dependente poderá fazer uso do seu próprio material.

Art. 36. A prática de jogos de mesa se restringe àquelas áreas recrutadas, compatíveis com o convívio social dos demais contribuintes, sendo também proibidas apostas de qualquer natureza.

CAPÍTULO VIII DO SALÃO DE FESTAS

Art. 37. A locação do salão de festas somente se efetivará após a assinatura de contrato, cujos termos o locatário se responsabilizará quanto aos aspectos de idade para a participação nos eventos, consumo de bebidas alcoólicas e outros.

Parágrafo único. A infração a essas exigências submeterá o locatário tanto às penalidades a serem aplicadas pelo Parque, quanto às penalidades legais aplicáveis pelo ordenamento Jurídico vigente.

Art. 38. Para os eventos particulares, requisitados antecipadamente e autorizados pela administração, o locatário contribuinte poderá contratar os serviços de terceiros, ficando o Parque isento de quaisquer responsabilidades referentes às contratações.

Parágrafo único. O contribuinte locatário se obrigará a restituir as instalações do salão de festas, estacionamento e demais ambientes utilizados nas mesmas condições de limpeza e higiene com a qual receberá, ficando sujeito à arcar com o valor cobrado por terceiros para a realização de limpeza nos referidos ambientes caso desrespeitada o presente parágrafo.

Art. 39. O horário e as condições de uso disponível ao contribuinte locatário,

para utilização das dependências do Parque, serão definidos em contrato.

Art. 40. Durante o período de locação do salão de festas os contribuintes poderão utilizar as demais áreas comuns do Parque, a exemplo de banheiros, piscinas etc. excetuando-se o local locado dentro do período da locação.

Art. 41. Os valores devidos a título de locação serão devidamente tabelados por ato da Diretoria.

Art. 42. O valor devido a título de locação do salão de festas deverá ser recolhido previamente mediante o pagamento diretamente na administração do Parque, ficando o seu uso condicionado a apresentação de termo de autorização de uso expedido pelo Parque.

Art. 43. Em havendo imprevistos e não podendo o contribuinte locatário utilizar o salão de festas na data agenda poderá, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, reagendar a data de uso, desde que a nova data pretendida não esteja agendada por outro usuário e desde que esteja em conformidade com a diretoria.

§ 1º. Em não havendo possibilidade de uso do salão de festas na data agendada, poderá o contribuinte locatário indicar outro contribuinte para fazer uso, ocasião em que o substituto deverá indicar sua qualificação completa ao Parque.

§ 2º. Em nenhuma hipótese serão realizados ressarcimento de valores decorrentes da não utilização do salão de festas pelo Locatário.

Art. 44. É vedado ao contribuinte utilizar-se de sua condição com, vistas a realizar locação para o uso do Salão de Festas por terceiros não contribuintes.

CAPÍTULO IX DOS ESPORTES

Art. 45. O Parque poderá realizar competições nas mais diversas modalidades esportivas destinadas ao lazer recreação de seus contribuintes.

Parágrafo único. Os dias e horários das competições deverão estar afixados em local visível, no mural, e deverão ser obedecidos pelos praticantes.

Art. 46. A prática das modalidades esportivas seguirá as regras oficiais, destinando-se exclusivamente a seus contribuintes, dependentes, convidados e diretores.

Art. 47. Para a formação de equipes de qualquer tipo de modalidade, deverá ser obedecida a ordem de chegada dos praticantes, cuja duração de cada partida deverá ser previamente estabelecida em comum acordo com os participantes.

CAPÍTULO X DO CAMPO DE FUTEBOL E TORNEIOS

Art. 48. O uso do campo deverá ser programado pela Diretoria, sendo que,

a utilização para quaisquer eventos só será possível mediante autorização da Diretoria.

Parágrafo único. A diretoria do clube poderá reservar a cessão do espaço para campeonatos ou torneios internos.

Art. 49. Para uso do campo de futebol, será obrigatório o cumprimento dos horários e faixa etária determinados pelo clube, os quais serão estabelecidos em Ato Administrativo.

Art. 50. As equipes de futebol bem como os torneios serão estabelecidas em ato próprio o qual convocará e regulamentará o evento e premiações.

Art. 51. A participação de atletas não contribuintes somente será permitida mediante autorização formal do Parque, mediante análise de requerimento prévio e pagamento de taxa de entrada.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 52. É dever de todo contribuinte, dependentes e convidados zelar pela limpeza e conservação de todas as dependências do Parque, como também pela prática de esportes e recreação nos locais adequados.

Art. 53. Não é permitido escrever, desenhar ou pintar nas lixeiras, bancos, mesas, cadeiras e demais bens do Parque, assim como, é vedado colocar os pés nos assentos dos bancos e cadeiras.

Art. 54. - O proprietário poderá encerrar as atividades do Parque quando desejar, sem que haja qualquer obrigação de devolver qualquer valor referente à taxa de adesão ou mensalidade aos contribuintes

Art. 55. O presente Regimento Interno do ECO PARQUE SAPUCAIA LTDA entrará em vigor na data de sua aprovação pela administração.

Pirapetinga, 28 de março de 2025.

JOSÉ CARLOS ROCHA PROPRIETÁRIO/ADMINISTRADOR